

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E SEXUALIDADES

A PAUTA DE COSTUMES NO GOVERNO BOLSONARO: a LGBTfobia institucionalizada

THE CUSTOMS AGENDA IN THE BOLSONARO GOVERNMENT: institutionalized LGBTphobia

Guilherme Moraes da Costa¹

RESUMO

Neste texto abordamos a ascensão da extrema-direita no Brasil, a partir da figura de Jair Bolsonaro, destacando sua estratégia de ganhar visibilidade política por meio de declarações polêmicas e acentuadamente autoritárias, especialmente contra a comunidade LGBTQIA+. Metodologicamente, recorreremos a uma breve análise do percurso político de Bolsonaro, desde sua trajetória como deputado federal até sua eleição como presidente, e no apagamento das políticas adotadas por seu governo em relação aos direitos LGBTQIA+. Os resultados revelam uma institucionalização da LGBTfobia, manifestada através da negligência às demandas do segmento, o dismantelamento de políticas públicas existentes e oposição contra avanços legislativos em prol dos direitos LGBTQIA+, o que faz com que essas pessoas que são cotidianamente marginalizadas, passem também a serem negligenciadas pela ação do Estado.

Palavras-chave: LGBTfobia; Políticas Públicas; Conservadorismo; Bolsonarismo;

ABSTRACT

In this text we address the rise of the extreme right in Brazil, based on the figure of Jair Bolsonaro, highlighting his strategy of gaining political visibility through controversial and markedly authoritarian statements, especially against the LGBTQIA+ community. Methodologically, we resort to a brief analysis of Bolsonaro's political career, from his career as a federal deputy to his election as president, and the erasure of the policies adopted by his government in relation to LGBTQ+ rights. The results reveal an institutionalization of LGBTphobia, manifested through neglect of the segment's demands, the dismantling of existing public

¹ Assistente Social na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Doutorando em Serviço Social Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre em Serviço Social e Políticas Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

policies and opposition to legislative advances in favor of LGBTQIA+ rights, which means that these people who are marginalized on a daily basis also become neglected by State action.

Keywords: LGBTphobia; Public policy; Conservatism; Bolsonarism;

1 INTRODUÇÃO

Em 25 de abril de 2024, a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, publicou no - Diário Oficial do Estado, a Resolução SS nº 89, que propunha a realização de uma consulta pública sobre a “Política Estadual de Saúde Integral da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Pessoas Transexuais, Queers, Intersexos, Assexuais, Pansexuais, e Não Binários – LGBT+”, visando qualificar o atendimento no âmbito do SUS estadual às pessoas LGBTQIA+. No entanto, a consulta não ocorreu, visto que parlamentares de extrema-direita da base do governo de Tarcísio de Freitas (Republicanos), foram às redes sociais e fizeram um escarcéu com a pauta, de modo que o governador – também deste campo político, optou por revogá-la sumariamente. Essa situação ilustra como as políticas públicas voltadas para o segmento LGBTQIA+ foram conduzidos na gestão Bolsonaro (2019-2022), da qual Tarcísio foi ministro, revelando a descontinuidade ou, neste caso, a aniquilação já no nascedouro.

Este texto propõe uma reflexão de como essa população foi tratada durante este governo e levanta a tese de que essas práticas instalaram uma cultura de uma LGBTfobia institucionalizada. No primeiro subitem “A guinada à extrema direita na democracia brasileira: um rio que deságua em Bolsonaro”, destacamos brevemente um histórico do ex-presidente Bolsonaro e como ele fomentou o ódio aos LGBTQIA+ como estratégia de visibilidade política. Na sequência, no segundo subitem “A agenda moral do (des)governo Bolsonaro: a institucionalização da LGBTfobia relatar alguns dos entraves que materializam a tese levantada. Por fim, na conclusão, retomamos os principais temas abordados ao longo do artigo.

2 A GUINADA À EXTREMA DIREITA NA DEMOCRACIA BRASILEIRA: UM RIO QUE DESÁGUA EM BOLSONARO

De 02 de fevereiro de 1991 a 1º de janeiro de 2019, Jair Messias Bolsonaro ocupou o cargo de deputado federal na Câmara dos Deputados, representando o Estado do Rio de Janeiro. Durante sua passagem pelo legislativo federal, a não ser por suas falas polêmicas, ele

era o que se chama nos corredores de Brasília de um deputado do “baixo clero”. Inexpressivo, pouco ou nada fez pelos fluminenses que o elegeram, apesar de em sua campanha ao cargo máximo do executivo, em 2018, dizer-se apolítico e apresentar-se como uma novidade.

A virada se deu partir da segunda década do século XXI, quando Bolsonaro passou a ganhar notoriedade em programas de televisão como Pânico na TV e CQC, transmitidos pela TV Bandeirantes, e Superpop, veiculado pela RedeTV. Suas declarações de cunho autoritário, racista, misógino e LGBTfóbico – realiza(va) e indiretamente incentiva ataques de ódio a negros, LGBTQIA+. Alguns exemplos: *“O erro da ditadura foi torturar e não matar”*, *“Seria incapaz de amar um filho homossexual”*. Prefiro que um filho meu morra num acidente do que apareça com um bigodudo por aí”. A uma deputada, por duas vezes em anos diferentes, disse que ela era tão feia que não merecia ser estuprada.

Nos próximos anos, Bolsonaro continuou como um dos principais adversários da pauta LGBT. E assim continuou porque essa insistência lhe garantia uma notoriedade renovada e espaço na mídia. Em entrevista dada em 2017, ele afirmou: *“O ‘kit-gay’ foi uma catapulta na minha carreira política”*.

E assim foi porque o termo lhe fornecia a narrativa que produzia um “pânico moral” alimentando e intensificando a discriminação existente, ao mesmo tempo que incitava a organização de um “movimento” em torno do combate das políticas LGBT que lhe dava visibilidade política. (TOITIO, 2020, p. 82).

Como resultado, Bolsonaro e suas polêmicas passaram a ressoar no imaginário de uma parcela da população que não se via representada na alternância de poder estabelecida entre Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB). Ao contrário, sentiam-se acolhidas pelo discurso de Bolsonaro, tanto que o elegeram com sua agenda ressentida contra as (poucas) conquistas das mulheres, dos negros, indígenas e LGBTQIA+. Com essa notabilidade pavimentou sua corrida ao Palácio do Planalto.

Mas a eleição de Bolsonaro não se explica por si só. Ela é fruto de uma conjuntura iniciada em junho de 2013, quando protestos tomaram as ruas do país, inicialmente na cidade de São Paulo, cujo mote era a luta contra o aumento de R\$ 0,20 no transporte público. Porém, logo as manifestações expandiram a pauta inicial e se alastraram por todo o país.

Na época o Brasil entrava numa recessão econômica e a política de conciliação de classes implantada pelos governos do PT – em parte desgastada pela Operação Lava jato, aliada a uma crise econômica e a inabilidade política da presidenta da República – não surtia mais o efeito desejado. Deste modo a insatisfação com o governo da presidenta Dilma Rousseff passou a ressoar nestes protestos, exigindo o impeachment da petista. O que se viu então foi um ódio

ao PT e a partir disso, saiu do esgoto uma direita radicalizada, se servindo, inclusive com o surgimento de novos movimentos sociais como o *Vem pra Rua* e o *Movimento Brasil Livre* (MBL) que passaram a incentivar e coordenar estas manifestações, Rocha (2018).

O grito das ruas ecoou no Congresso Nacional e abriu caminho para uma ruptura democrática, quando em 2016, a presidenta foi deposta do cargo por meio de um processo de impedimento alicerçado num suposto crime de responsabilidade fiscal, cujo mote se resumia as chamadas “pedaladas fiscais”. Embora o texto constitucional preveja o impedimento da chefia do executivo, desta vez o que se viu foi um fajuto processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, cujo objetivo que atendeu a diversos interesses que não o do regime democrático. Tratou-se de um golpe que se deu dentro do Estado e com a conivência da democracia burguesa ou regime democrático-liberal, Demier (2017).

Em consequência deste fato, o vice-presidente Michel Temer assumiu o cargo sem nenhuma legitimidade, uma vez que implantou um projeto de governo que não foi ratificado pelo crivo das urnas, e ao invés disso, passou a implantar uma agenda de ataques aos direitos da classe trabalhadora, como a reforma trabalhista, as tentativas de reforma da previdência e de venda da Eletrobrás, além do congelamento de gastos com a saúde e educação por 25 anos. Importante lembrar que apesar das pesquisas de opinião mostrarem o alto índice de rejeição do governo oportunista e parasitário de Temer, um reflexo das condições de vida da população, que não melhoraram significativamente. Apesar deste cenário (as manifestações vistas pré-impeachment, que tomaram as ruas e as manchetes de jornais e programas de televisão) não se repetiram com a mesma intensidade. Desta vez a esquerda ocupou as ruas e as redes sociais com o slogan “Fora Temer”, que não se concretizou, tendo ele saído apenas no dia 31 de dezembro de 2018, ao término do mandato tampão. Tal como a #elenão veiculada durante a campanha eleitoral de 2018, estas estratégias foram um fracasso, pois, além de não surtir os efeitos desejados, a “nova” direita soube se apropriar mais rápido e melhor da narrativa das redes sociais.

A candidatura de Jair Bolsonaro reuniu estes setores e marcou o golpe com um extremismo direitista que trabalha contra a normalização de uma nova ordem “híbrida”, de uma democracia tutelada, menos que formal, que parecia ser o projeto inicial dos que chegaram ao poder em 2016. São saudosos da ditadura militar, como o próprio ex-capitão; fundamentalistas religiosos; adeptos das teorias conspiratórias que seguem o lunático guru Olavo de Carvalho; e os procuradores e juízes que veem a si próprios como predestinados a salvar o Brasil da chaga da corrupção, graças ao uso de um poder repressivo sem limites. (Miguel, 2019, p. 180).

Embora desde 2016 o PT não estivesse no poder, pairava na sociedade um antipetismo latente, que inicialmente era uma resposta das elites – e de quem se vê representado nela – de anos de avanços sociais implantados pelos governos Lula e Dilma, onde em muitos casos o filho do porteiro passou a frequentar a mesma universidade que o filho do patrão, por exemplo. O antipetismo se revelou, antes de mais nada, como um preconceito de classe e ódio aos pobres.

Na esteira de uma onda conservadora que atingiu democracias mundo afora como Trump nos Estados Unidos e em países vizinhos, como Macri na Argentina e Piñera no Chile, políticos de direita e, em alguns casos, de extrema direita chegaram ao poder pelo voto popular e, a partir de janeiro de 2019 o governo Bolsonaro teve início, confirmando a condução política de extrema direita, de caráter autoritário e antidemocrático, como foi declarada em sua campanha. Trouxe no bojo a implementação de um projeto de país ultraliberal e ultraconservador que dialoga com o fascismo.

Nesta sociedade brasileira marcada pelo modelo patriarcal, em dívida com os mais de 300 anos de escravidão da população negra, Jair Bolsonaro soube canalizar em si os anseios desta “nova” direita propondo, entre outras medidas, a liberação do porte de armas, as chamadas pautas morais como a defesa do ideal de família nuclear, o desmonte da cultura e da educação, o combate à corrupção personificado na figura do ex-juiz e à época futuro Ministro da Justiça, Sérgio Moro – que mais tarde se viraria contra o presidente –, além do ultraliberalismo na economia, afiançado pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes.

Findado o mandato, uma das principais características deste governo foi a militarização, dado a ocupação recorde de militares em cargos do governo. Há também o caráter “liberal”, pois, com uma agenda de contrarreformas e privatizações, embora o próprio presidente tenha se mostrado alguma resistência a isto, o que impediu o avanço de algumas investidas, como a privatização dos Correios. Foi um governo contra a diversidade sexual, uma vez que tudo o que é possível de fazer para retroceder conquistas deste segmento populacional é feito. Manteve um componente ideológico na condução de políticas de Cultura e Educação, onde os vários secretários e ministros que passaram por estas pastas paralisaram diversos programas existentes, ao mesmo tempo em que promoveram o desmonte destas políticas. Foi também um governo de caráter antidemocrático, fez diversas alterações na política de comunicação do governo, privilegiando meios que podem ser controlados, como redes sociais e imprensa pró governo, não se furtando a processar judicialmente jornalistas e ativistas políticos apenas pela expressão de oposição, além da implementação e utilização de uma rede de desinformação.

Em 2022, com o derretimento da popularidade do governo, bem como as pesquisas de intenção de voto mostravam o ex-presidente Lula à frente em todos os cenários, fizeram com que Bolsonaro intensificasse sua estratégia de desacreditar as instituições, seja por meio de aparelhamento, como no caso da Polícia Federal ou por criar um clima de desconfiança, como no caso das urnas eletrônicas, sobre as quais ele repetia reiteradamente (sem provas) que houve fraude e ele teria sido eleito no primeiro turno em 2018, o que não surtiu o efeito desejado. Embora a derrota para Lula tenha sido por uma quantidade pequena de votos, a contragosto, em dezembro de 2022, Bolsonaro teve de sair da cadeira de presidente do Brasil.

3 A AGENDA MORAL DO (DES)GOVERNO BOLSONARO: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA LGBTFOBIA

Desde antes de seu projeto de ocupar a cadeira no Palácio do Planalto, Bolsonaro já tinha elegido as pessoas LGBT+ como inimigos públicos. Conforme Toitio (2019), o presidente da República viu na militância contra as políticas e os direitos LGBT+ a principal estratégia de aumentar sua visibilidade política. Enquanto deputado usou por diversas vezes a tribuna da Câmara dos Deputados para vociferar contra qualquer mínimo avanço proposto em favor destas pessoas.

Nos próximos anos, Bolsonaro continuou como um dos principais adversários da pauta LGBT. E assim continuou porque essa insistência lhe garantia uma notoriedade renovada e espaço na mídia. Em entrevista dada em 2017, ele afirmou: “O ‘kit-gay’ foi uma catapulta na minha carreira política”.

E assim foi porque o termo lhe fornecia a narrativa que produzia um “pânico moral” alimentando e intensificando a discriminação existente, ao mesmo tempo que incitava a organização de um “movimento” em torno do combate das políticas LGBT que lhe dava visibilidade política. (TOITIO, 2020, p. 82).

O presidente utilizou o segmento LGBTQIA+ como um espantalho, que ao mesmo tempo em que se permitiu rivalizar com esta parcela da população, alimentou um pânico moral contra a luta pela livre expressão de gênero e sexualidade. Uma vez no poder, concretizou suas ameaças de campanha, colocando-se na linha de frente no enfrentamento da expansão e/ou surgimento de direitos das pessoas LGBTQIA+. Utilizaremos de exemplos em cinco áreas: Cultura, Controle Social, Educação, Direitos Humanos e Saúde.

Anteriormente no âmbito do governo federal as demandas do segmento LGBTQIA+ estavam sob a responsabilidade da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), que em 2019 se tornou Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Para comandar a pasta, Bolsonaro escolheu a advogada Damares Alves, que em janeiro daquele ano foi flagrada em um vídeo dizendo “*menino veste azul e menina veste rosa*”, reafirmando o binarismo de gênero que divide as pessoas em dois sexos. Ou ainda que “*feministas não gostam de homens porque são feias*” Irineu, 2020. Ainda no âmbito do Ministério da Família, Mulher e Direitos Humanos, embora tenha ocorrido o desmonte da atuação governamental no que diz respeito às demandas da população LGBTQIA+, a secretaria que trata desta especificidade dentro do órgão foi mantida, no entanto, sua atuação é comprometida pela falta de uso de seu orçamento. Via Lei de Acesso à Informação, o jornal O Globo relatou que em 2020, do valor de R\$ 4,3 milhões empenhados para a Diretoria de Políticas de Promoção e Defesa dos Direitos LGBT, órgão subordinado ao Ministério ocupado por Damares Alves, foram gastos R\$ 111,6 mil, ou 4,3% deste valor. Este dinheiro poderia ser usado para promover políticas públicas para o segmento, que ao contrário estão sendo apagadas da agenda governamental.

Cabe lembrar que o último ano do PPA de 2016-2019 ocorreu no primeiro ano do governo Bolsonaro. O no PPA referente ao período de 2020 a 2023 traz três inovações: a simplificação metodológica, o realismo fiscal e o alinhamento com os planejamentos estratégicos dos ministérios e integração com a avaliação das políticas públicas, já sob a gestão Bolsonaro. O que se pode observar é que esses novos elementos serviram de pretexto para um enxugamento do PPA, bem como dos seus objetivos e metas. Em um slide contendo apenas 11 páginas, não é feita qualquer menção relacionada aos direitos das mulheres, da população negra, indígena ou LGBTI+ (Peixoto *et al*, 2023, p. 32).

Tão logo assumiu o Ministério da Educação, Ricardo Velez Rodrigues extinguiu a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). Desde 2004 o órgão era responsável por tratar das especificidades da política de educação, como Educação de Jovens e Adultos, Educação Indígena, Educação Quilombola, Educação para as relações Étnico-Raciais e Educação em Direitos Humanos, o que na particularidade da população LGBTQIA+ era a Secretaria responsável pela promoção de ações que englobavam temáticas como orientação sexual e identidade de gênero. Um dos principais enfrentamentos da ala conservadora do Congresso Nacional se deu na política da educação no que ficou popularmente conhecido como kit-gay. O material educativo fazia parte do eixo da Educação do Programa Brasil Sem Homofobia, que reunia uma série de diretrizes para o enfrentamento da homofobia.

O Ministério da Saúde, à época comandada por Luiz Henrique Mandetta, reorientou as campanhas de prevenção contra as IST/AIDS, desconsiderando as particularidades da população LGBTQ+. Mesmo antes de assumir de fato, o jornal Folha de São Paulo publicou uma matéria em que o futuro ministro justificava tal orientação pelo fato de que as políticas de prevenção como estavam precisavam ser revistas, com o argumento de que “não podemos ofender as famílias.

Em 11 de abril de 2019, surpreendendo até mesmo o próprio Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos – segundo nota divulgada na imprensa posteriormente –, a Casa Civil publicou o Decreto de nº 9.759, que extinguiu diversos órgãos, entre eles o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT). No mesmo sentido, em dezembro de 2019, o (des)governo deixou de convocar e realizar a 4ª Conferência Nacional LGBTQ+. Experiência inédita no mundo, as três edições anteriores propuseram uma série de medidas no âmbito das mais diversas políticas públicas tendo em vista fazer com que o Estado atuasse na promoção da cidadania deste segmento. Eram um espaço privilegiado de avaliação, monitoramento e propositura de políticas públicas para o enfrentamento da LGBTQ+fobia.

A extrema-direita elege seus fantasmas. Numa guerra contra a suposta hegemonia de um chamado “marxismo cultural”, ainda em 2019 a Agência Nacional do Cinema (ANCINE) proibiu o financiamento de filmes com temática LGBTQ+ com dinheiro público.

Quanto à expressão “marxismo cultural”, como já ficou dito, seu uso data do início da década de 1990. Seus primeiros usuários são cristãos fundamentalistas, ultraconservadores, supremacistas – enfim, a extrema-direita estadunidense. Uma das mais eloquentes manifestações da tendência é o movimento do iluminismo sombrio (que não se perca pelo nome) – antítese assumida do iluminismo, que prega a moral vitoriana do século XIX, uma ordem tradicionalista e teocrática, declara guerra aberta ao conhecimento científico e, em primeiro lugar, ao marxismo cultural. Os objetos mais imediatos de sua fúria são o feminismo, a ação afirmativa, a liberação sexual, a igualdade racial, o multiculturalismo, os direitos LGBTQ+ e o ambientalismo. (COSTA, 2020, págs. 37 e 38).

Faz-se necessário o apontamento de que tanto no campo da Cultura, quanto na Educação, o enfrentamento contra a liberdade de expressão, orientação sexual e identidade de gênero se dá por uma luta contra uma suposta ideologia de gênero que, no escopo do marxismo cultural, veio para acabar com a família tradicional. No combate às demandas do segmento

LGBT+ o (des)governo se vale da disseminação de fake news, que contamina e empobrece o debate público.

Durante a campanha, Bolsonaro alicerçou uma aliança com a bancada evangélica no Congresso. Também conhecida por Frente Parlamentar Evangélica, é formada por pastores e/ou membros de igrejas neopentecostais das mais diversas ramificações – inclusive com alguns parlamentares católicos – e possui um número expressivo de deputados e senadores. Sua atuação se dá de modo a cercear e/ou barrar quaisquer projetos de lei que expressem tentativas de avanço direcionadas aos direitos de pautas consideradas progressistas quando essas, em tese, se opõem aos dogmas da doutrina cristã. Em número suficiente para dificultar a aprovação de quaisquer projetos de lei, incidem sobre a atuação do executivo, pressionando para a realização ou não desta ou daquela política pública de acordo com seus interesses.

Este é um jogo perigoso, pois esta bancada organizada tem no horizonte o fim do caráter laico do Estado, alçando a religião como referencial central e regulador do cotidiano da nação. Isto representa risco à democracia, pois este objetivo se inclina na direção de um Estado teocrático, em que as liberdades individuais tendem a ser adequadas aos dogmas religiosos, colocando em risco os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e a vida das pessoas LGBT+, entre outros.

Os fatos acima enunciados, especialmente a opção do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos em não utilizar o dinheiro que havia sido provisionado para o enfrentamento da LGBTfobia nos diz que há no (des)governo a implantação de uma LGBTfobia institucionalizada.

[...] podemos inferir que as instituições do poder público estatal, ao invisibilizar ou negligenciar essas ações, influenciam diretamente na hierarquização dos direitos humanos, reiterando os padrões de inferiorização às homossexualidades e transexualidades. Ainda que o recrudescimento do conservadorismo e do fundamentalismo religioso prevaleça como entrave no enfrentamento à homofobia e ao sexismo, aumentando o número de mortes em decorrência da orientação sexual e/ou identidade de gênero, não podemos esquecer que essas respostas ocorrem devido ao impacto das resistências que temos produzido. Acreditamos que a homofobia e o sexismo possam ser enfrentados com formação política e ações educativas que propiciem a aprendizagem pela diferença. (IRINEU; OLIVEIRA e RODRIGUES, 2016, pg. 135).

A LGBTfobia é um conceito que diz respeito ao ódio, aversão e discriminação contra pessoas que vivenciam sua existência a partir das dissidências sexuais e de gênero. Trata-se de

um conjunto de práticas sociais, econômicas e culturais, praticada por indivíduos, grupos ou governos.

A sociedade é regida pela heterossexualidade compulsória, Borillo (2010), e o enfrentamento a que não se encaixa neste padrão tem a LGBTfobia como resposta. A heterossexualidade compulsória, presumida a todos no nascimento é tida como a única forma legítima de exercitar a sexualidade, pela qual os papéis de gênero estão bem definidos para homens e mulheres. Falas da ministra Damares Alves de “menino veste azul e menina veste rosa” vão de encontro a este entendimento.

Dessa forma, a LGBTfobia institucionalizada diz respeito ao fato de que este governo estruturou sua ação política em relação ao segmento LGBTQ+, localizando – os como cidadãos de segunda classe ao a) negligenciar deliberadamente suas demandas; b) contaminar o debate público com desinformação; c) impedir o surgimento de novas políticas públicas, d) dismantelar as políticas públicas existentes e, e) incidir judicialmente para reverter ações que estendem direitos ao segmento, como no caso da ação do Supremo Tribunal Federal que equiparou a LGBTfobia ao crime de racismo. A prática da homofobia institucionalizada ampara as mais diversas formas de violência contra pessoas LGBTQ+, legitima discursos preconceituosos e rebaixa essas pessoas ao posto de cidadãos de segunda classe.

Muitas dessas conquistas vieram dos governos do PT. Mas é preciso deixar nítido que durante aqueles governos não foi tudo como céu de brigadeiro em matéria de política social destinada a este segmento. Não raramente muitos destes serviços careciam de maior estruturação, rubrica no orçamento e recursos humanos para dar continuidade aos serviços implementados. Mas com a chegada de Bolsonaro ao poder, o pouco que se havia sido conquistado se perdeu.

O *modus operandi* do governo Bolsonaro, balizado em um discurso nacionalista, neoconservador e fundamentalista religioso é carregado de desinformação que promove um pânico moral contra a população LGBTQ+ e suas demandas. No horizonte desta estratégia por meio da repressão, perseguição e invisibilidade que visa criminalizar e extinguir o debate sobre o direito destas pessoas em acessar políticas públicas necessárias para o enfrentamento das suas realidades.

Em contraponto a estes movimentos, do lado oposto da Praça dos Três Poderes, o Supremo Tribunal Federal (STF) vem atuando no vácuo deixado pelo legislativo e tem promovido ações em favor dos direitos desta comunidade, como em 2020 a Ação Direta de

Inconstitucionalidade (ADI) nº 5543 que retirou a proibição de doação de sangue por pessoas LGBT+ e em 2019 a ADI por omissão 26/DF que equiparou a LGBTfobia ao crime de racismo. Em reação a esta última medida, em outubro de 2020 a Advocacia Geral da União (AGU) entrou com pedido de revogação desta medida no STF, que ainda não foi julgado.

Apesar desta conjuntura de ataques constantes, no pleito municipal de 2020 foram eleitas 112 pessoas LGBT+ entre prefeitos e vereadores nos mais de cinco mil municípios brasileiros. Na eleição nacional de 2022, tivemos pela primeira vez a eleição de duas parlamentares trans para a Câmara dos Deputados: Duda Salabert (PSD-MG) e Erika Hilton (PSOL-SP).

4 CONCLUSÃO

Partimos do pressuposto que a opressão praticada contra as dissidências sexuais e de gênero são uma contradição no capitalismo. Se, de um lado a ideologia neoliberal prega o individualismo extremo, criando condições materiais para que homens e mulheres vivenciem sua sexualidade da forma que se sentirem e se reconhecerem. Entretanto, em contraponto a este movimento impõe uma heterossexualidade compulsória, Borillo (2010), fazendo com que essas pessoas sejam vitimadas dos mais diversos preconceitos.

A norma heterossexual tem suas bases no patriarcado, que fez surgir a divisão sexual do trabalho. Esta sociabilidade é dicotômica entre o padrão versus a margem, onde o padrão é o homem, branco, heterossexual, cisgênero e rico. Esse padrão também inclui a origem, onde um homem branco europeu ou estadunidense é mais valorizado do que um homem branco latino-americano, africano ou asiático. À margem estão todos os outros que não se encaixam nestes ditames.

A divisão sexual do trabalho, aliada ao binarismo de gênero dita como homens e mulheres devem se comportar e o que é esperado de cada um deles. Nessa lógica, pessoas LGBT+ são inadequadas e, por isso, são marginalizadas e precisam ser readequadas ou extintas.

Afinal, na norma heterossexual ancorada na divisão sexual do trabalho, mulheres além de servirem para a procriação e perpetuação da espécie, também são de fundamental importância no trabalho doméstico não pago, para que homens possam então sair, trabalhar e ao final do dia retornarem com o sustento para a casa. Pessoas LGBT+ inicialmente não se

encaixam neste estereótipo visto que arranjos familiares similares à família nuclear burguesa não se aplicam a essa realidade.

As discussões em torno das demandas do segmento LGBT+ passaram a fazer parte do debate público nas últimas décadas, refletindo em políticas públicas, mesmo que de forma tímida. Esse movimento de luta, reconhecimento e conquista de direitos no interior do Estado causou uma reação dos setores conservadores da sociedade. Por exemplo, a atuação do (des)governo em curso no país na condução das políticas públicas se dá por um olhar moralista e saudosista do passado. Na sua visão, é preciso retornar ao ponto em que os órgãos governamentais não eram contaminados por “esquerdistas” e “comunistas”, diametralmente oposta ao ideal de família tradicional e dos valores cristãos. E ao conduzir a política pública neste sentido, uma parcela considerável da população que não se encaixa nestes estereótipos tidos como o ideal, são deixadas de fora da proteção social.

A forma de conduzir as políticas públicas pelo (des)governo se dá a partir de uma retórica nacionalista, neoconservadora e fundamentalista religioso. Por meio de estratégias como a disseminação de desinformação, promove um pânico moral contra a população LGBT+ e suas demandas. Tem como prática a LGBTfobia institucionalizada se utilizando de negligência, repressão, perseguição e invisibilidade deste segmento populacional tendo em vista criminalizar e extinguir do debate público o direito destas pessoas em acessar políticas públicas necessárias para o enfrentamento do preconceito e discriminação em razão de orientação sexual, expressão de gênero e/ou identidade de gênero dissonante da norma heterossexual.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Guilherme. Transfobia. Brasília: CFESS, 2016. 16 p. (Assistente Social no combate ao preconceito).

AMADO, Guilherme. Damares não usou verba para Políticas LGBT em 2020. O Globo. Rio de Janeiro, 10 jan. 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/guilherme-amado/damares-nao-usou-verba-para-politicas-lgbt-em-2020-24828323>. Acesso em: 02 ago. 2021.

ANTUNES, Pedro Paulo Sammarco. Homofobia internalizada: o preconceito do homossexual contra si mesmo. São Paulo: Annablume, 2017. 338 p.

ARRUZZA, Cinzia *et al.* Feminismo para os 99%: um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019. 128 p. Tradução de: Heci Regina Candiani.

BORILLO, Daniel. **Homofobia, História e crítica de um preconceito**. Autêntica Editora, Belo Horizonte, 2010.

COSTA. Iná Camargo. **Dialética do marxismo cultural**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

DEMIER, Felipe. Depois do golpe: a dialética da democracia blindada. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

IRINEU, Bruna Andrade. **Neoliberalismo, desdemocratização, e a cruzada antigênero**: a política das ruas enquanto caminho de resistência. In: IGNACIO, Taynah *et al.* Tem saída? Perspectivas LGBTI+ sobre o Brasil. Porto Alegre: Editora Zouk, 2020. Cap. 16. p. 139-150.

IRINEU, Bruna Andrade; OLIVEIRA, Brendhon Andrade; RODRIGUES, Mariana Meriqui. **Políticas de enfrentamento ao sexismo e à homofobia no ambiente prisional**: diálogos possíveis, enfrentamentos necessários, considerações sobre o perfil sociocultural e profissional d@s participantes do projeto de extensão. In: IRINEU, Bruna Andrade; RODRIGUES, Mariana Meriqui. Diálogos para o enfrentamento à homofobia e ao sexismo em contextos de privação de liberdade. Palmas: EDUFT, 2016. Cap. 5. p. 111-138.

MIGUEL, Luís Felipe. **O colapso da democracia no Brasil**: da constituição ao golpe de 2016. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019. 216 p. (Coleção Emergências).

PEIXOTO, Valdenízia Bento *et al.* **Direitos Sexuais e Reprodutivos**: políticas e orçamentos nos governos Temer e Bolsonaro. **Argumentum**, Vitória, v. 15, n. 1, p. 23-37, jan. 23. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/39017>>. Acesso em: 01 maio 2024.

QUINALHA, Renan. O mito fundador de Stonewall: onde quase tudo começou... In: IGNACIO, Taynah *et al.* Tem saída? Perspectivas LGBTI+ sobre o Brasil. Porto Alegre: Zouk, 2020. Cap. 3. p. 43-48.

ROCHA, Camila. **O boom das novas direitas brasileiras**: financiamento ou militância? In: GALLEGO, Esther Rocha (Org). O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 47-52.

TOITIO, Rafael Dias. **A luta pela diversidade sexual e de gênero diante do Estado capitalista**: o que a atual crise política tem a nos ensinar? Margem Esquerda: Revista da Boitempo, São Paulo, v. 33, n. 33, p. 32-37, 01 jul. 2019. Semestral.

TOITIO, Rafael Dias. “Ideologia de gênero” e “marxismo cultural” nas taras presidenciais: marxismo e feminismo na cena política brasileira. REBEH - Revista Brasileira de Estudos da Homocultura, Cuiabá, v. 3, n. 10, p. 80-107, 01 abr. 2020. Trimestral. Disponível em: <<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/10918>>. Acesso em: 30 jul. 2021.